

28/03/2012 - STJ decide que nem sempre sexo com menor de 14 é estupro

(O Estado de S. Paulo/ Mariângela Gallucci) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que nem sempre o ato sexual com menores de 14 anos poderá ser considerado estupro. A decisão livrou um homem da acusação de ter estuprado três meninas de 12 anos de idade e deve direcionar outras sentenças. Diante da informação de que as menores se prostituíam, antes de se relacionarem com o acusado, os ministros da 3.^a Seção do STJ concluíram que a presunção de violência no crime de estupro pode ser afastada diante de algumas circunstâncias.

Na época do ocorrido, a legislação estabelecia que se presumia a violência sempre que a garota envolvida na relação sexual fosse menor de 14 anos. Desde 2009, prevê-se que a idade de “consentimento” para atos sexuais continua a ser 14 anos, mas o crime para quem se envolve com alguém abaixo dessa idade passou a ser o de “estupro de vulnerável”.

De acordo com dados da Justiça paulista, as supostas vítimas do estupro “já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”. A mãe de uma delas chegou a dizer que a filha faltava às aulas para ficar em uma praça com outras meninas para fazer programas em troca de dinheiro.

“A prova trazida aos autos demonstra, fartamente, que as vítimas, à época dos fatos, lamentavelmente, já estavam longe de serem inocentes, ingênuas, inconscientes e desinformadas a respeito do sexo. Embora imoral e reprovável a conduta praticada pelo réu, não restaram configurados os tipos penais pelos quais foi denunciado”, decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo.

No julgamento no STJ, venceu a tese segundo a qual o juiz não pode ignorar o caso concreto. “O direito não é estático, devendo, portanto, se amoldar às mudanças sociais, ponderando-as, inclusive e principalmente, no caso em debate, pois a educação sexual dos jovens certamente não é igual, haja vista as diferenças sociais e culturais encontradas em um país de dimensões continentais”, afirmou a relatora do caso, ministra Maria Thereza de Assis Moura. “Com efeito, não se pode considerar crime fato que não tenha violado, verdadeiramente, o bem jurídico tutelado - a liberdade sexual -, haja vista constar dos autos que as menores já se prostituíam havia algum tempo”, completou a ministra.

Segundo a ministra Maria Thereza, a 5.^a Turma entendia que a presunção era absoluta, ao passo que a 6.^a considerava ser relativa. A polêmica já motivou opiniões diversas dentro até do Supremo Tribunal Federal (STF), que passou a considerar a exigência de constrangimento mediante ameaça.

Diante da alteração significativa de composição da Seção, era necessário agora ao STJ rever a jurisprudência. Por maioria, a Seção entendeu por fixar a relatividade da presunção de violência.

Leia em PDF: [Sexo com menor pode não ser estupro \(O Estado de S. Paulo - 28/03/2012\)](#)

27/03/2012 - Estados não investem em equipamentos de proteção às mulheres, denuncia ativista

(Agência Senado) A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) que investiga a situação de violência contra a mulher ouviu nesta terça-feira (27) representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Marcha Mundial de Mulheres e da União Brasileira de Mulheres (UBM). Eles discutiram as barreiras ao combate à violência contra as mulheres e apontaram medidas que poderiam favorecer a aplicação e leis em defesa da mulher. Sônia Coelho Gomes, representante da Marcha Mundial de Mulheres, criticou o fato de os estados destinarem poucos recursos para combater a violência.



- É impossível enfrentar a violência contra a mulher se os governos não têm orçamento para isso. Precisamos de fundos públicos que tenham verbas direcionadas para o problema - declarou.

Ela destacou que o número de equipamentos públicos para enfrentar a violência e acolher as vítimas, como centros de referências, casas-abrigos, delegacias, juzizados especializados, defensorias e promotorias especializadas, é insuficiente para o tamanho da população feminina. Outro problema é que a maioria deles está centrada nas capitais. O campo e o interior ficam desprovidos.

Meire Lúcia Gomes Monteiro, representante da OAB, destacou o alto índice de violência contra a mulher no Brasil. Ela apresentou dados da pesquisa nacional de amostra de domicílios (PNAD) de 2009, realizada pelo IBGE, segundo a qual 43,1% das mulheres já foram vítimas de violência em sua própria residência. Do total de mulheres agredidas, 25,9% foram vítimas de seus cônjuges ou ex-cônjuges.

- Quatro entre cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica - salientou.

Meire Lúcia afirmou que, apesar dos avanços na legislação brasileira, há falha não apenas na execução das disposições legais relativas ao combate da violência contra a mulher, mas também no tratamento isonômico que deveria existir na sociedade.

A representante da OAB citou os casos de violência e impunidade, que segundo ela demonstram ser a lentidão do aparelho judicial um fator de entrave ao combate efetivo da violência. Meire Lúcia defendeu a aprovação do projeto de lei (PLS) 37/2010, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que determina, nos casos de violência doméstica, um prazo máximo de 48 horas para a conclusão dos inquéritos policiais, independente do réu estar solto ou preso. Ela disse considerar fundamental a aprovação de projeto que prevê a igualdade de salários

entre homens e mulheres.

Meire Lúcia sugeriu a criação de programas federais para orientar e capacitar as mulheres que recebem medidas protetivas, além de uma melhor preparação de juízes para aplicar a Lei Maria da Penha, e também de policiais que, segundo ela, não conhecem os problemas específicos tratados pela lei.

Ana Carolina Barbosa, representante da UBM, destacou o grande desconhecimento das mulheres sobre os instrumentos protetores da política de enfrentamento à violência. De acordo com Ana Carolina, pesquisa da UBM com a Secretaria de Políticas para as Mulheres revelou que 76% das mulheres não conhecem as varas adaptadas de competência da Lei Maria da Penha; 71% não conhecem os serviços de abrigo, 72% não sabem o que é um centro de referência, 67% não conhecem uma defensoria pública, 58% não sabem onde fica o juizado especial de violência doméstica e familiar; 56% não ouviram falar o que é uma casa abrigo e 32% por cento não conhecem e nem sabem onde ficam as delegacias especializadas.

Ana Carolina propõe também uma reflexão sobre a aceitação da violência contra a mulher na nossa sociedade.

- Ainda permanece entre a sociedade brasileira uma visão míope de que os crimes cometidos contra as mulheres são crimes passionais, ou seja, justificáveis pelas ações do amor monogâmico e opressivo - afirmou.

A CPI mista que investiga a violência contra a mulher é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES). A relatora agradeceu pela presença, na audiência pública, de representantes da Associação de Homens Contra a Violência à mulher, convidada pela deputada Keiko Ota (PSB-SP).

Acesse o pdf: [Estados não investem em equipamentos públicos de proteção às mulheres, denuncia militante \(Agência Senado - 27/03/2012\)](#)

25/03/2012 - Ataques com ácido mudam vida de paquistanesas

(Melissa Becker/Especial para Terra, direto de Birmingham) "Levou um segundo para arruinar minha vida completamente". Por trás do véu, Zakia, 39 anos, esconde marcas definitivas de um crime. Furioso com a entrada do pedido de divórcio, o marido jogou ácido no rosto da mulher e, desfigurada, ela passou a engrossar o número de vítimas desse tipo no Paquistão.

Sua história é um dos casos retratados em *Saving Face*, vencedor do Oscar de documentário em curta-metragem neste ano. O filme, que estreou no canal *HBO* nos Estados Unidos no Dia Internacional da Mulher, será exibido nos dias 28 e 29 de março no Reino Unido, durante o Human Rights Watch Film Festival. Além de Zakia, o documentário mostra o caso de Rukhasana, 23 anos - atacada pelo marido e pelos parentes dele -, a luta das sobreviventes por

justiça e o trabalho para a reconstrução de seus rostos pelo cirurgião plástico Mohammad Jawad, por meio da ONG Islamic Help, situada em Birmingham, região central da Inglaterra.



Entidades que ajudam sobreviventes estimam que o número de mulheres atacadas com ácido por maridos ou por familiares chegue a 400 por ano, mas a maior parte permaneceria obscura, explica John Morrison, presidente da Acid Survivors Trust International (ASTI), em entrevista ao **Terra**. Segundo ele, 150 novos casos foram registrados em 2011 pela Acid Survivors Foundation Pakistan (ASF-P), um aumento em relação aos anos anteriores - o que não significa que o crime teria se tornado mais frequente, mas que a presença de uma organização estimularia o registro desse tipo de crime, observa.

Perfil de agressores e vítimas

No Paquistão, os autores dos ataques seriam, em geral, homens. A maioria das sobreviventes, mulheres com pouca instrução, de áreas rurais, mas algumas de Karachi, uma das maiores cidades do país de 165 milhões de habitantes. Entre 2007 e 2009, dos pacientes da ASF-P, 55% eram mulheres, 27% crianças e 18% homens. Os motivos variam: vingança por um pedido de casamento negado, suspeita de adultério, ciúmes entre esposas de um mesmo marido.

Para Sharmeen Obaid-Chinoy - que conquistou o primeiro Oscar para o Paquistão na direção de *Saving Face* (ao lado do americano Daniel Junge) -, essas mulheres são as integrantes mais oprimidas da sociedade de seu país, mas ela mesma cita no site do filme que nunca foi submetida a preconceito de gênero no Paquistão. Haifaa Jawad, especialista em estudos islâmicos e do Oriente Médio da Universidade de Birmingham, observa que a posição da mulher no Paquistão não é monolítica.

“Acredito que há diferenças entre a mulher na sociedade urbana e na rural, com problemas relacionados a classes, educação e economia. Há poucas com boa educação e, de outro lado, mulheres que não tiveram muito estudos e, em consequência, sua posição é diferente. Ataques com ácido é uma das formas de violência contra a mulher que ocorre no Paquistão. Pode haver muitas razões, mas nenhuma é aceitável”, comenta Haifaa.

Para os realizadores do filme, a disponibilidade de ácidos usados em manufatura e processamento de algodão e borracha é a principal causa dos ataques. Morrison aponta que o cenário no Paquistão inclui leis inadequadas e falha em cumprir as que existem, desigualdade entre os sexos - com as mulheres sendo muitas vezes consideradas um bem descartável da família -, falta de conhecimento das vítimas sobre seus direitos e corrupção da polícia pelos autores do crime. Hospitais e delegacias ainda falhariam em preencher os registros

adequadamente (sem categorizar, por exemplo, se foi acidental ou proposital), o que deixa autoridades e governo sem noção do tamanho do problema.

Paquistanesas comemoraram em dezembro uma vitória: a aprovação do projeto de lei sobre controle de ácido e prevenção de crimes com o produto na Assembleia Nacional. A punição prevista é uma pena de, no mínimo, 14 anos de prisão ou perpétua, além de uma multa de até 1 milhão de rúpias paquistanesas (quase R\$ 20 mil).

Crime ocorre em outros países

Para o diretor de desenvolvimento internacional da Islamic Help (mencionada na versão britânica do documentário), Kamran Fazil, ao colocar o holofote sobre o problema, o Oscar para o filme *Saving Face* gera dois efeitos. Se por um lado, significa uma grande exposição ao trabalho feito para ajudar essas mulheres, por outro, surgem interpretações imprecisas.

“Primeiro, dá a impressão de que acontecem ataques com ácido no Paquistão em todo o lugar. Segundo, que é uma questão islâmica, o que não é verdade, e, terceiro, pode gerar copycats (cópias de ataques). Não é nossa culpa, é a percepção das pessoas. Mas o filme ainda mostra histórias de sucesso, como o trabalho das ONGs, de advogados locais e até do governo”, pondera.

O presidente da ASTI reforça que esse tipo de violência não se caracteriza por credo, cultura ou continente - acontece em todo o mundo. “Frequentemente, porque os relatos não são oficiais, são suprimidos ou são negados, não podemos dar uma declaração definitiva, mas temos convincentes evidências de ataques no Sri Lanka, Oriente Médio - especialmente Afeganistão e Irã -, África Subsaariana, incluindo Uganda, Malawi e Nigéria, e sudeste da Ásia, como Laos, Vietnã e Cambodia -, aponta Morrison.

Saiba mais:

Saving Face - www.savingfacefilm.com

Islamic Help - www.islamichelp.org.uk

ASTI - www.acidviolence.org

ASF-P - acidsurvivorspakistan.org

Acesse em pdf: [Problema complexo, ataques com ácido mudam vida de paquistanesas \(Terra - 25/03/2012\)](#)

Leia também: [Vítima de ataque com ácido se suicida e levanta polêmica no Paquistão \(Opera Mundi - 28/03/2012\)](#)

[24/03/2012 - Desrespeito a exclusividade gera agressões em vagão para mulheres](#)

(Bernardo Moura, de O Globo, com a leitora Michelly D'Ávila) **Homens teriam socado e ameaçado passageiras com arma após serem impedidos de embarcar**



Sete anos após entrar em vigor, a lei que destina vagões exclusivos às mulheres em trens e metrô do Rio é cada vez mais desrespeitada. A SuperVia investiga um incidente ocorrido na manhã desta sexta-feira em que uma mulher teria sido agredida e outra ameaçada com uma arma após tentarem impedir que homens invadissem o vagão feminino na estação Madureira. De acordo com a leitora Michelli D'Ávila, o incidente teria ocorrido por volta das 7h da manhã em um trem que saiu de Bangu com destino à Central do Brasil.

“O vagão feminino, que, especificamente nesse horário tem mulheres lutando por direito e respeito, sofreu um ataque. Uma senhora levou um soco no rosto e uma outra, que tentava argumentar seus direitos, foi ameaçada com uma arma por um menor”, afirma a leitora.

A leitora relata ainda que pediu ajuda a um segurança da SuperVia, mas que teria sido orientada a procurar a Polícia Militar. Michelli afirma que o destrato com as mulheres que esperam pelo vagão exclusivo é diário: “As mulheres precisam de mais segurança e precisam de alguém que se responsabilize de impedir os homens dentro do vagão. É uma lei”.

A SuperVia afirma que busca cumprir a lei estadual 4.733/06, mas que a medida não garante a retirada de homens de dentro do vagão. Equipes de orientadores e uma nova sinalização nas composições auxiliam na conscientização dos usuários de trens, de acordo com a concessionária. A empresa ressaltou ainda que os seguranças das estações são treinados para auxiliar os passageiros e conter confusões.

O desrespeito à lei, sancionada em 2006, se estende também ao metrô. Na última semana, duas leitoras enviaram fotos ao Eu-repórter de homens acomodados nos vagões femininos em composições das linhas 1 e 2. A lei prevê a destinação de um vagão somente para mulheres entre as 6h e 9h da manhã e das 17h às 20h, de segunda a sexta-feira.

Acesse em pdf: [SuperVia investiga denúncia de agressão em vagão para mulheres \(O Globo - 24/03/2012\)](#)

22/03/2012 - ‘Não há investimentos para mulheres’, diz secretária de enfrentamento à violência

(Gabriel Bonis, da Carta Capital) **Após mais de cinco anos da Lei Maria da Penha em vigor, legislação que endurece as penas em casos de agressão a mulheres, o Brasil**

ainda apresenta uma estrutura de atendimento à violência de gênero extremamente deficitária.

Menos de 10% dos municípios do País possuem delegacias especializadas no combate à violência contra a mulher, segundo dados anunciados nesta semana pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ao todo são 374 delegacias em cerca de 7% das 5,5 mil cidades brasileiras.



Com menos de 400 delegacias da mulher no País, secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres diz que estados e municípios não entendem a importância do serviço. Foto: Elza Fiúza/ABr

Além disso, existem apenas 589 unidades de atendimento especializado, como centros de referência e abrigos no País. “Esse número reflete a maneira como a sociedade brasileira tem tratado nas últimas décadas a violência contra a mulher”, afirma Aparecida Gonçalves, secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em entrevista a *CartaCapital*.

Segundo ela, não existe investimento efetivo em políticas públicas para as mulheres no Brasil e a institucionalização de uma política nacional sobre o assunto é recente, assim como o debate da importância de serviços específicos. “Ainda existe muita dificuldade de prefeitos e governadores em entender a importância deste tipo de unidades, pois muitos alegam não ter recursos e estrutura para montá-las.”

Uma afirmação refutada pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que disponibiliza recursos a fim de ajudar estados e municípios a criar serviços especializados, aponta. “Precisamos ter condições políticas de negociação, pois não basta liberar verbas. É preciso vontade política ou essas unidades vão abrir, mas acabarão fechando.”

Essas condições ganham maior força pelo fato de o Brasil ser governado atualmente por uma mulher, acredita a secretária nacional Aparecida Gonçalves. “É um incentivo porque dá maior visibilidade ao problema, além de o enfrentamento à violência contra a mulher ser uma prioridade do governo Dilma Rousseff.”

“A presidenta tem dito desde a sua posse que quer maior rigor na aplicação da Lei Maria da Penha e isso também nos dá condições efetivas de ter mais recursos”, diz.

Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) endureceu a lei e definiu que o Ministério

Público pode denunciar o agressor mesmo sem uma queixa formal da mulher. A investigação pode ser aberta inclusive por meio de informações passadas por vizinhos.

Apesar dos resultados ruins na estrutura de atendimento, o governo acredita que o pacto assinado em 2007 tem apresentado resultados dentro do esperado, como o aumento de 109% do número de serviços no País. A meta agora é chegar ao menos em 10% dos municípios em quatro anos e elevar o número de serviços especializados.

Por outro lado, a secretária destaca que a estrutura precária da rede de atendimento impede a recuperação adequada da vítima, que em quase 70% dos casos, segundo dados da Secretaria, sofre violência há mais de 10 anos.

“Precisamos de um serviço que dê o acompanhamento psicológico e social a essa mulher. A delegacia sozinha não dá conta”, diz.

Gonçalves aponta que a situação é ainda pior nas cidades menores, pois a maioria dos centros de apoio fica nas capitais.

A falta de delegacias especializadas também deixa a mulher mais vulnerável, pois a vítima precisaria recorrer ao serviço “comum” para registrar a queixa e enfrentar, muitas vezes, o descaso de indivíduos não qualificados para este tipo de atendimento. “Isso acaba gerando aquele tipo de questionamento à vítima: ‘tem certeza que a senhora vai fazer isso? Seu marido vai ser preso’.”

Comportamento que leva à subnotificação de casos e impede a composição de dados oficiais a quantificar a incidência da violência doméstica no Brasil. “Isso faz com que a mulher desacredite na proteção do Estado. Ou ela retorna ao seu agressor ou acaba tendo que encontrar seu caminho sozinha.”

Uma situação também refletida na América Latina em geral, segundo o estudo O Progresso das Mulheres no Mundo, anunciado pela ONU na quarta-feira 21. Dados de 2011 mostram que uma em cada três mulheres da região sofre algum tipo de violência e 16% delas já foram vítimas de constrangimento e abuso sexual alguma vez na vida.

Situação que ocorre em um cenário no qual 97% dos países aprovaram leis severas contra a violência de gênero.

Acesse em pdf: [‘Não há investimentos para mulheres’ \(Carta Capital - 22/03/2012\)](#)

Leia também:

[20/03/2012 - Faltam serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, diz secretária](#)

A falta de estrutura e de recursos para o atendimento de mulheres vítimas de violência e o grande número de agressões no Brasil foram o foco da audiência pública promovida pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher

22/03/2012 - Abuso sexual de crianças triplica em São Paulo em 10 anos

(Folha de S.Paulo) O número de crianças atendidas no Núcleo de Violência Sexual do Hospital Estadual Pérola Byington triplicou entre 2001 e 2011. O levantamento é da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Em 2001, foram 352 atendimentos a crianças. No ano passado, 1.088.

Entre adolescentes, o número quadruplicou: 198 casos em 2001 e 759 em 2011.

Porém, não é possível relacionar o maior número de atendimentos com um possível aumento da violência sexual contra crianças, segundo o médico Jeferson Drezett, coordenador de gerência do núcleo no hospital.

“Há melhora na denúncia desses casos. Hoje não aceitamos mais essa violência.”

O médico diz que a tendência é que os atendimentos cresçam por mais quatro ou cinco anos e se estabilize.

Ele explica que a maioria dos casos que chega ao hospital vem de delegacias. Apenas 15% das vítimas vêm de forma espontânea.

Especialistas ouvidos pela Folha concordam que o aumento de notificações é resultado da maior conscientização da sociedade. Também dizem acreditar que o crime ainda é subnotificado.

Segundo Neyla França, da Sociedade Brasileira de Psicanálise e coordenadora do grupo de criança e adolescente, em muitos casos, o agressor está dentro da família e age de forma carinhosa.

Lauro Monteiro, pediatra e editor do site “Observatório da Infância”, elogia o Disque-Direitos Humanos (telefone 100), da Secretaria de Direitos Humanos, mas critica a falta de um número específico para a violência sexual.

Para Itamar Gonçalves, da Childhood Brasil, é preciso discutir sexualidade nas escolas e ter a participação de professores na identificação de possíveis vítimas.

A pedagoga Marisa Mendes, 47, conta que foi vítima de violência sexual pelo pai: “Aconteceu quando tinha 11 anos. Vivi com medo em toda minha infância”.

Ela conta que o sofrimento foi tão intenso que tentou se matar duas vezes.

Para ajudar pessoas que passaram por sofrimento semelhante ao seu, tornou-se educadora e criou a ONG Parábola, que atua na assistência de jovens vítimas de violência e famílias em situação de risco. Diz que já atendeu mais de 2.000 jovens em um ano e que esse número vem aumentando.

Leia em PDF: [Registro de abuso sexual de crianças triplica \(Folha de S.Paulo - 22/03/2012\)](#)

22/03/2012 - Presos acusados de manter site que incitava violência contra

[mulheres, negros e homossexuais](#)

(Guilherme Voitch, do Globo.com) A Polícia Federal em Curitiba deflagrou, na manhã desta quinta-feira, a Operação Intolerância e prendeu Emerson Eduardo Rodrigues e Marcello Valle Silveira Mello, acusados de manter um site que trazia mensagens de apologia de crimes graves e de violência contra mulheres, negros, homossexuais, nordestinos e judeus, além de incitar abuso sexual de menores.

Rodrigues seria o responsável, de acordo com a Polícia Federal, pelo domínio silviokoerich.org. No espaço, ele postava fotos de mulheres ensanguentadas, dizendo que elas mereciam morrer por manterem relações com homens negros. Usando o apelido “Búfalo Viril”, o suspeito também chegou a postar uma mensagem de apoio ao homem de 22 anos que quebrou o braço de uma moça de 19 anos, em Natal, após ela ter se recusado a beijá-lo.

Após o massacre de Realengo, que deixou 12 crianças mortas no ano passado, o site trouxe uma mensagem afirmando que o “búfalo estava rindo” do acontecimento.

Em outro conteúdo, o “búfalo viril” trazia comentários sobre a “impossibilidade” da Polícia Federal em localizá-lo, por ter seu site hospedado em um provedor fora do Brasil.

As investigações foram conduzidas pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Cibernéticos, uma Unidade Especializada da PF. A unidade vinha recebendo várias denúncias contra o domínio.

No site da ONG SaferNet, onde se monitoram casos de apologia à violência e racismo, foram registraram 69.729 (até 14.04.12) pedidos de providências a respeito do conteúdo criminoso, um número recorde da participação de populares no controle do conteúdo da internet brasileira.

A PF ainda cumpre mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal para examinar residências e locais de trabalho dos criminosos em busca de elementos materiais da responsabilidade criminal. O suspeito pode responder pelos crimes de incitação/indução à discriminação ou preconceito de raça, por meio de recursos de comunicação social (Lei 7716/89); incitação à prática de crime (art. 286 do Código Penal) e publicação de fotografia com cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente (Lei 8069/90-ECA).

Na decisão judicial que decretou a prisão preventiva dos criminosos, consta que “Elementos concretos colhidos na investigação demonstram que a manutenção dos investigados em liberdade é atentatória à ordem pública. A conduta atribuída aos investigados é grave, na medida em que estimula o ódio à minorias e à violência a grupos minoritários, através de meios de comunicação facilmente acessíveis a toda a comunidade. Ressalto que o conteúdo das ideias difundidas no site é extremamente violento. Não se trata de manifestação de desprezo ou de desprezo a determinadas categorias de pessoas (o que já não seria aceitável), mas de pregar a tortura e o extermínio de tais grupos, de forma cruel, o que se afigura absolutamente inaceitável.”

Acesse em pdf: [PF prende em Curitiba acusados de manter site racista e homofóbico \(Globo.com - 22/03/2012\)](#)

Leia também:

“Ameaçaram de morte publicamente o deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ). Além disto tudo, há postagens no site sobre como matar uma pessoa, sendo de maneira lenta ou rápida. Ou ainda como abordar crianças para um posterior abuso sexual. Havia também citações de que lésbicas deveriam sofrer um ‘estupro corretivo’” - [Polícia prende incitadores do ódio na internet \(Paraná Online - 22/03/2012\)](#)

21/03/2012 - Violência atinge uma a cada três mulheres na América Latina

(Terra) A ONU Mulheres denunciou nesta quarta-feira, no Panamá, que uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência na América Latina e 16% delas já foram vítimas de constrangimento e abuso sexual alguma vez na vida.

Apesar de avanços conquistados em matéria de igualdade de gênero, “a violência doméstica ainda faz parte do cotidiano da América Latina”, disse à AFP Moni Pizani, representante da ONU Mulheres para a região, citando os números contidos no informe “O Progresso das Mulheres no Mundo”, elaborado pelas Nações Unidas com dados de 2011.

A violência contra a população feminina é uma realidade na região, apesar de 97% dos países terem aprovado leis severas contra tal situação e num momento em que os maus-tratos vêm tendo menos aceitação social entre todos os segmentos.

De acordo com pesquisas realizadas em nações latino-americanas, 85% das pessoas ouvidas afirmam que a agressão feita pelo marido ou companheiro não tem justificativa, em nenhum caso. No entanto, pensam o contrário 15% dos brasileiros e 20% dos entrevistados no México, Uruguai e Trinidad y Tobago, assim como 10% dos chilenos, diz o estudo.

O documento também destaca que embora a América Latina e o Caribe “possuam uma boa legislação contra a violência doméstica (...) são poucos os países que punem explicitamente esse comportamento, quando ocorre entre quatro paredes, dentro do casamento” - um fenômeno mais comum do que se pensa.

“Agora, as mulheres se atrevem a denunciar. Antes, sofriam os maus-tratos e coerções caladas, uma vez que o assunto era considerado da esfera privada. Enfim, conseguiu-se avançar um pouco, mas ainda falta muito a ser feito”, insistiu Moni Pizani.

Ela também destacou violações sofridas pelas mulheres no mundo do trabalho, citando, por exemplo, a discriminação sexual.

Segundo o estudo citado pela representante da ONU, 53% da mão de obra na América Latina e Caribe é constituída de mulheres, que também são a maioria com diplomas universitários.

“No entanto, a desigualdade salarial ainda é notável em alguns países, onde as trabalhadoras

recebem uma remuneração 40% inferior ao de um homem” para exercer as mesmas funções.

A ONU Mulheres, criada em 2010, trabalha com as premissas de que as mulheres e meninas em todo o mundo têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento.

Defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida, destacando áreas prioritárias, como o aumento da liderança feminina; a eliminação da violência de gênero e o engajamento das mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança. Incentiva, ainda, os governos a aprimorar o “empoderamento” econômico das mulheres e colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos ligados ao desenvolvimento.

A ONU Mulheres trabalha, ainda, junto aos governos e à sociedade civil para formular leis, políticas, programas e serviços necessários à implementação desses padrões.

Acesse em pdf: [Violência atinge uma a cada três mulheres na América Latina \(Terra - 21/03/2012\)](#)

20/03/2012 - Programas com homens buscam reduzir violência doméstica contra uruguaias

(Adital) No início de abril, a Secretaria da Mulher da Intendência de Montevideu e o Centro de Estudos sobre Masculinidades e Gênero, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), colocará em marcha no Uruguai o “Programa de Atenção a homens que decidem deixar de exercer a violência”. A iniciativa quer gerar espaços de reflexão e trabalho em grupo com homens que decidiram mudar e abandonar a violência contra suas famílias e parceiras.

O projeto utiliza um modelo desenvolvido no Centro de Capacitação para Erradicar a Violência Intrafamiliar Masculina, conhecido como modelo Cecevim, criado em São Francisco, Estados Unidos, para erradicar a violência praticada contra a família e a parceira. O Programa está inserido nas atividades da 7ª Campanha de Março Mês das Mulheres.

Outra iniciativa desenvolvida e anunciada pelo Ministério do Interior no marco das comemorações do oito de março, Dia Internacional da Mulher, foi a realização de licitação para o Estado adquirir pulseiras eletrônicas destinadas a monitorar quem pratica violência doméstica. A intenção é que o sistema esteja em funcionamento até de 25 de novembro, Dia Internacional contra a Violência Doméstica.

Além da pulseira eletrônica, a política também contempla a entrega de um celular às vítimas, a fim de que elas façam a denúncia contra seus agressores. Em alguns casos, as mulheres não denunciam por medo do agressor, por acreditar que ele vai passar pouco tempo preso ou por

saber que ele não vai cumprir as ordens judiciais.

O projeto, de autoria da deputada Alma Mallo, é piloto e vai ser experimentado em Montevideu, para onde serão compradas 200 pulseiras. Caso os resultados sejam positivos, o projeto se espalhará por todo o país. No momento, o Ministério do Interior está preparando um decreto que habilitará os juizes das varas de família a derivarem os casos aos julgados penais, que deverão avaliar a periculosidade do agressor para que seja colocada a pulseira.

Violência doméstica em números

A quantidade de denúncias de violência doméstica cresce a cada ano no Uruguai. Em 2011, foram recebidas 15.868 queixas de violência em tribunais de família. Em 2010, este número foi menor (15.277 denúncias), assim como em 2009 (13.709). O aumento das cifras mostra que as mulheres estão mais dispostas a denunciar e revela também uma triste realidade enfrentada por centenas delas.

Em alguns casos, as violências cometidas contra as mulheres e as famílias são fatais. No ano passado, 40% dos homicídios registrados no país foram por casos de violência doméstica, o que mostra que o Uruguai está em débito com as mulheres por não estar conseguindo garantir a proteção necessária para elas e seus filhos.

Outra cifra alarmante é que a cada 14 dias morre uma mulher. A informação se baseia no fato de que, de novembro de 2010 a outubro de 2011, 26 mulheres foram assassinadas por consequência de violência doméstica. Além destes casos, outros sete estão sendo investigados pela Justiça. Em pelo menos três, há fortes suspeitas de que o criminoso seja um parceiro ou ex-parceiro da vítima.

O departamento de Rocha é o que registra a maior taxa de homicídios de mulheres (7,1 de cada 100 mil mulheres), em seguida vem Trinta e Três (6,0 cada 100 mil) e o departamento de Tacuarembó com taxa de 5,1 de cada 100 mil mulheres.

Acesse em pdf: [Programas com foco nos homens buscam reduzir casos de violência doméstica e de gênero \(Adital - 20/03/2012\)](#)

20/03/2012 - A imprensa deveria participar da luta contra a violência às mulheres, escreve jornalista

(Observatório da Imprensa) Aborto é uma questão de saúde pública, de polícia ou de religião? A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* ("Faltam centros de aborto legal onde há mais violência contra a mulher", de 19/3/2012) mostra que um dos aspectos mais trágicos dessa história - a violência contra mulheres - deveria merecer tanta atenção (de juristas, religiosos e profissionais de saúde) quanto a descriminalização do aborto. E da imprensa deveria merecer

mais atenção ainda. Segundo o jornal:

** 38.540 estupros foram registrados no país em 2011, contra 33.912 em 2010;

** 9.890 estupros foram registrados em São Paulo em 2010. O estado de São Paulo tem 11 serviços para o aborto legal;

** 4.467 estupros foram registrados no Rio em 2010. Existe um serviço para aborto legal no estado;

** 2.076 estupros foram registrados em 2010 na Bahia. Existe apenas um serviço de aborto;

** 52,6 estupros por 100 mil habitantes foram registrados em Roraima em 2010 - a maior taxa registrada no País. Roraima não tem serviço de aborto legal.

Mas mesmo onde existe o serviço, o aborto não é garantido, como afirmou a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Política para Mulheres, porque médicos se recusam a fazer o aborto, alegando objeção de consciência.

Outra entrevistada pelo jornal, a professora Débora Diniz, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, vai além:

“A objeção de consciência é um dos problemas. Há centros que muitas vezes se dizem aptos a prestar esse tipo de atendimento, mas não dispõem nem de profissionais habilitados nem de estrutura necessária.”

A imprensa deveria participar dessa luta

Enquanto o Ministério Público Federal investiga a eficiência no atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, notícias da semana passada mostram que até as soluções mais simples - como a pílula do dia seguinte - não podem ser usadas devido à burocracia:

“Quase uma década após o início da distribuição da pílula do dia seguinte no SUS, o acesso a ela ainda é precário. Além da escassez, o principal entrave é que as unidades de saúde exigem receita para dar o contraceptivo. Muitas vezes, porém, não há médico para assinar a prescrição no momento em que a mulher procura o posto de saúde. Uma consulta com o ginecologista chega a demorar dois meses. A pílula só previne a gravidez se ingerida até 72 horas após o ato sexual. Nas farmácias, as mulheres compram o remédio sem receita por preços que variam entre R\$ 9 e R\$ 23 a cartela com dois comprimidos. A droga tem tarja vermelha, o que exige prescrição. As adolescentes sofrem ainda mais dificuldade para obter a pílula. Embora diretrizes do Ministério da Saúde garantam o direito à privacidade e ao sigilo de suas informações, muitos postos exigem a presença de pais ou responsáveis para liberar o contraceptivo de emergência.

“A discussão sobre aborto ganhou destaque quando a comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o novo Código Penal aprovou um anteprojeto que prevê, entre outros pontos, a ampliação dos casos em que o aborto é legal. Pela proposta, não é crime a interrupção da gravidez até a 12ª semana quando, a partir de um pedido da gestante, o “médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições de arcar com a maternidade” (*Folha de S.Paulo*, 9/3/2012).

Mas a verdade é que, se a liberação - ou não - do aborto provoca discussões intermináveis - com direito a artigos de religiosos e juristas -, a violência contra as mulheres continua sendo um assunto esporádico e sem maior repercussão.

Não seria o caso de a imprensa entrar de fato no assunto e cobrar do governo o que mais pode ser feito para evitar que as mulheres continuem sendo as grandes vítimas? Jornais e revistas femininas deveriam participar dessa luta. E propor soluções para o atendimento às vítimas da violência sexual e às vítimas da impossibilidade de escolher entre criar ou não uma criança gerada contra sua vontade.

[Ligia Martins de Almeida é jornalista]

Acesse em pdf: [Violência contra as mulheres, por Lígia Martins de Almeida \(Observatório da Imprensa - 20/03/2012\)](#)